

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011725-61.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inadimplemento**
 Requerente: **Massella & Cia Ltda**
 Requerido: **Br Aves Exportação e Transportes Ltda**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

MASSELLA & CIA LTDA ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **BR AVES EXPORTAÇÃO E TRANSPORTES LTDA** todos devidamente qualificados nos autos.

Argumentou a requerente ter iniciado trabalho como representante comercial da ré desde fevereiro de 2013. Ocorre que a requerida deixou de pagar as comissões da primeira e da segunda quinzena do mês de maio de 2016. A primeira, referente a nota fiscal nº 296, no valor de R\$ 5.600,16. Informou que não tem como aferir ao certo o valor da comissão referente à segunda quinzena de maio, pois a requerida não emitiu as notas fiscais correspondentes à venda de mercadorias. Pontuando que referida comissão atinge aproximadamente R\$ 5.000,00, pediu a condenação da ré no pagamento de R\$ 10.600,16.

A inicial veio instruída por documentos (7/116).

Devidamente citada à empresa requerida apresentou contestação alegando que reconhece a dívida consubstanciada na nota fiscal 296 (referente à primeira quinzena de maio/16), porém, informa que esta passando por


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dificuldades financeiras, o que impede o pagamento da dívida no momento. Impugnou o valor de R\$ 5.000,00, referente à segunda quinzena de maio “em razão de ser o pedido absolutamente incerto, sendo óbvio que a pretensão de comissão deveria ser decorrente de certezas efetivas de vendas realizadas e já recebidas pela empresa requerida, o que fica absolutamente incompatível com a própria narrativa da inicial” (textual fls. 142). Informou que encerrou as atividades em 22/06/2016, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação ou a procedência em parte.

Sobreveio réplica (fls.158/163).

Pela decisão de fls. 164, as partes foram instadas a produzirem provas, a requerente pediu o julgamento antecipado da lide (fls.167/168), e a requerida permaneceu inerte.

Eis o relatório.

DECIDO.

Objeto da controvérsia são as comissões que a autora almeja receber “referente à vendas feitas na primeira quinzena de maio/2016, nota fiscal 00000296, no valor de R\$ 5.600,16” (textual, fls. 02) bem como aqueles referentes à outras vendas feitas na segunda quinzena do mesmo mês e ano.

A respeito do **primeiro período temos expressa confissão da postulada**, como podemos conferir a fls. 141. Destarte, o pleito respectivo procede.

Já no que diz respeito ao “segundo período” a prova amealhada não admite igual conclusão.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A própria autora não soube indicar ao Juízo quais e quantas vendas teria realizado e, assim, se limitou a “estimar” um valor de R\$ 5.000,00.

Poderia ter produzido prova oral (de reforço) em atendimento ao despacho de fls. 164, mas preferiu pedir o julgamento antecipado.

No que tange à rescisão contratual, assinala-se que o encerramento das atividades da ré não pode ser entendido como ato de força maior capaz de exonerá-la de obrigações regularmente constituídas, tanto mais quando não há qualquer evidência de que tal fechamento tenha se dado em decorrência de **"fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir"** (parágrafo único do art 393 do Cód Civil).

Consoante já se decidiu eventual **"crise econômica atravessada pela empresa representada não configura motivo de força maior, previsto no art. 27, 'j' da Lei nº [4.886/65](#), a justificar a rescisão contratual sem imposição de indenização ao representante comercial"**, uma vez que **"O risco do negócio, inerente aos contratos de matiz mercantil, é da sociedade empresária"** (REsp 779 798/DF, Rei Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25 09 2006, DJ 23 10 2006 p. 311) No mesmo sentido REsp 475180/RS).

Ou seja, as indenizações devem ser concedidas.

Nesse sentido:

“É devida indenização quando rescindido contrato de representação comercial sem que ocorram as hipóteses previstas no art. 35 da Lei n. 4886/65” (RESP 577.864/MG).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A indenização devida ao representante pela rescisão do contrato fora dos casos previstos no art. 35 será de 1/12 (um doze avos) do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação.

Impõe-se também o pagamento de pré-aviso, igual a um terço (1/3) das comissões auferidas pelo representante, nos três meses anteriores a saída.

Na lição de Rubens Requião: “A indenização constitui um direito independente do aviso prévio. Aquela tem a natureza compensatória de perdas e danos pela violação contratual, e este possui um sentido remuneratório, salarial. É o pagamento de uma verba para permitir ao representante comercial demitido, a cavaleiro de suas necessidades mais urgentes, a procura de outra atividade em substituição à que findou desmotivadamente” (Do Representante Comercial. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 251).

O TJSP já decidiu:

“Representação Comercial – Rompimento do contrato – verbas devidas. 1. Rompido o contrato pela representada, sem notificação escrita, e ausente prova de justo motivo, confere-se ao representante as verbas de aviso prévio e indenização, sendo a primeira de 1/3 sobre a retribuição auferida nos últimos três meses e a segunda de 1/12 sobre a obtida durante todo o exercício da representação” – Apelação n. 990.10.136031-4, Rel. Des. Itamar Gaino, j. 01/09/2010).

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido**, para o fim de condenar a requerida **BR AVES EXPORTAÇÃO E TRANSPORTES LTDA.**, a pagar à autora, **MASSELA E CIA LTDA.**, o montante de R\$ 5.600,16 (referente a nota fiscal n. 296 – pelas comissões da primeira quinzena do mês de maio de 2016 – conforme fls. 110), valor esse que deverá ser corrigido monetariamente a partir da data da emissão da referida nota, ou seja, 17/05/2016, com juros de mora à taxa legal a contar da citação. A requerida pagará ainda as verbas ditas rescisórias especificadas e que serão apuradas, por simples cálculo, no momento oportuno.

Tendo em vista a sucumbência recíproca as custas e despesas do processo deverão ser rateadas entre as partes na proporção da 50% para cada uma. A autora deverá pagar honorários advocatícios ao patrono da requerida que arbitro no montante de 15% do valor da condenação e igualmente a requerida deverá pagar honorários ao patrono da autora que fixo também em 15% do valor da condenação.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524, do CPC.

Publique-se e Intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 23 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**